

O MINHO NO ALARGADO PALCO DE UM TEATRO DE REIS E DE BOBOS DA CORTE

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

O debate político nacional foi atravessado nos últimos vinte e cinco anos por três tipos de discurso. Primeiro foi o discurso sobre o Portugal democrático. Depois o discurso sobre o Portugal europeu. Hoje o discurso sobre o Portugal regionalizado. Sendo meu propósito tecer algumas considerações sobre a identidade regional, gostaria de me ater ao modo como esta figura é encenada pelo discurso da regionalização, um discurso que é ele mesmo recorrentemente agitado entre nós como o lugar de redenção social por excelência, o território para onde os poderes públicos remetem as nossas melhores esperanças sociais.

Antes de mais, gostaria de convocar o ensinamento da etimologia. A palavra região (*regio*), tal como a descreve Emile Benveniste, fala-nos do princípio de di/visão social, fala-nos desse acto simbólico, acto propriamente social, que introduz por *decreto* uma descontinuidade na continuidade natural de um espaço indiferenciado. Regionalizar é dividir socialmente. *Regio* conduz-nos à actividade de *regere fines*, conduz-nos ao acto político-administrativo de traçar as linhas das fronteiras, de separar o interior e o exterior, o reino sagrado e o reino profano, o território nacional e o território estrangeiro.

Assim caracterizada, a actividade de *regere fines* é um acto simbólico realizado pelo personagem investido da mais alta autoridade, o *rex*, que por sua vez se ocupa também de *regere sacra*, ou seja, de fixar as regras que chamam à existência aquilo que decretam. Falando com autoridade, o *rex* pode pre/dizer, pode convocar ao ser, pode fazer surgir aquilo de que fala.

Deste ensinamento etimológico sobre a região retiro duas consequências bastante comezinhas, mas deveras significativas sobre o sentido da regionalização. A primeira consequência é a de que não há regiões naturais. Da mesma forma que também não há nações naturais. Simplesmente, há Estados-nações que existem há apenas 100 anos, como é o caso da Itália, e há Estados-nações com mais de 850 anos, como acontece com Portugal. E do mesmo modo, há regiões que são bem antigas, cheias de história, como o País Basco, a Irlanda do Norte, o País de Gales, a Flandres e a Valónia, e também regiões com pouca história, como é o caso do Minho, e ainda regiões com quase história nenhuma, como foi o caso daquelas sobre as quais se pronunciou o país, em referendo, há coisa de quatro anos: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal. É que é o tempo que dá maior ou menor densidade histórica, maior ou menor espessura e força simbólica, às nações como às regiões.

Nestas circunstâncias, pode dizer-se que é menos o espaço e mais o tempo, a história, que produz as regiões e as nações. O próprio território, as paisagens e os solos não se furtam a esta condição de produto histórico de determinações sociais. Quero com isto dizer, que nenhuma nação, tal como nenhuma região, é uma totalidade geográfica observável como tal. As regiões e as nações são actos políticos de totalização, que constroem como fechados e perfeitamente separados campos de significações (campos de representações, de definições), cujos limites se não impõem nunca por si mesmos.

É meu entendimento que em Portugal, mais forte e mais profundo do que o quadro geométrico fechado de uma qualquer região, que circunscreve uma qualquer comunidade, mais forte e mais profundo do que a ideia de uma fronteira regional, como linha plena e contínua, que marca a oposição entre um interior e um exterior, há sempre os traços irregionalizáveis de uma tradição e de um destino nacionais, há sempre a história cultural de uma comunidade nacional.

A segunda consequência a tirar do ensinamento etimológico sobre a região, é que a regionalização é uma obra dos políticos (uma actividade do *rex*), e não uma reivindicação das comunidades locais, ou por outra, é uma intervenção do centro, e não uma exigência das periferias. A ideia de região compreende um dinamismo exógeno aos interesses das comunidades locais, e não um dinamismo endógeno. O que é paradoxal. Ouvimos hoje falar de regiões como se a regionalização fosse a assunção ao mais alto nível político de dinamismos ascendentes, que teriam a sua génese e afirmação ao nível local. Mas o equívoco, em meu entender, não

pode ser maior. Aliás, quem duvida, nos dias que correm, no quadro legal da nossa democracia representativa, do esmagamento dos movimentos de cidadãos pelos partidos?

O discurso da regionalização, tudo o indica, é a um tempo o discurso da vitória dos partidos sobre os cidadãos e do centro sobre as periferias. A pretexto de conferir às periferias e aos cidadãos um estatuto e uma voz, o centro e os partidos definem-lhes antes o grau e o modo da sua existência concreta. Neste sentido, a muito invocada proximidade eleitores/eleitos não traduz necessariamente maior capacidade de resolução dos problemas das populações: de crescimento económico, de coesão social, de diluição das disparidades Norte/Sul e Interior/Litoral. Serve sim a ideia de um Portugal regionalizado: uma ideia conforme aos interesses do centro e dos partidos.

Disse que a região é uma obra dos políticos. Neste ponto, a sugestão etimológica cruza-se com a concretização histórica da ideia de regionalização, que ou é pensada como uma forma superior de organização administrativa, ou é encarada como a afirmação política de uma nova legitimidade. Em ambos os casos, no entanto, dá-se um movimento do centro para a periferia. No primeiro caso, a regionalização pretende organizar o país em termos mais racionais do que os das actuais Comissões de Coordenação. No segundo, a regionalização contrapõe o sufrágio das urnas e a constituição de um corpo de eleitos ao acto político-administrativo que constitui um corpo de nomeados. O movimento é diverso, mas o sentido é o mesmo: de cima para baixo e do centro para a periferia.

Em síntese, direi que a regionalização tem um carácter predominantemente político-administrativo e simbólico-ideológico. Remete para a etimologia da palavra região (*regio*), que Benveniste associa ao poder de di/visão social, ou seja, à função e ao exercício do poder político. Surge nos anos sessenta, na Europa, associada à crise do modelo de desenvolvimento polarizado, à crise do Estado-Providência, à mundialização das trocas e das transacções comerciais. Associa-se também às exigências de democracia local e regional. Conjuga a descentralização e a desconcentração de competências e de serviços da estrutura administrativa do Estado com a eleição de instâncias intermédias de decisão. Numa palavra, o processo de regionalização caracteriza a política da estrutura administrativa do Estado, na procura do controle da mudança social, da resposta às reivindicações democráticas e da correcção das assimetrias do desenvolvimento.

Mas a regionalização é hoje também, e sobretudo, um novo lugar de redenção social, o território para onde os poderes públicos remetem as nossas melhores esperanças sociais. Por essa razão, coloco a seguinte questão: poderá o Minho furta-se, nestas circunstâncias, a ser outra coisa que uma mera "panaceia" no alargado palco de um teatro de reis e de bobos da corte?

Moisés de Lemos Martins é licenciado e mestre em Sociologia, pela Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo e doutorado em Ciências Sociais (especialidade de Sociologia), pela mesma universidade, em 1984. Desde Julho de 1998 é Professor Catedrático de nomeação definitiva do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Leccionou Sociologia na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) de 1986 a 1988 e na Universidade da Beira Interior de 1988 a 1990 e desde então na Universidade do Minho, em cursos de licenciatura e de pós-graduação. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas do discurso religioso e político, da construção da identidade e das relações entre linguagem, verdade e poder. Desde Janeiro de 2004, é presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.